



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Caiado, Zema e Renan Santos: planos diferentes em busca do eleitor de Flávio

Com pesquisas de intenção de voto registrando queda de Flávio Bolsonaro (PL), os principais pré-candidatos da chamada “terceira via” tentam avançar sobre o eleitorado conservador. No entanto, o tom adotado por Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão) em relação às tratativas de Flávio com Vercaro expõe estratégias distintas na disputa pelo voto útil antipetista.



Ronaldo Caiado:

Ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado optou por uma postura pragmática. Embora tenha cobrado explicações públicas de Flávio Bolsonaro sobre o teor das conversas e os valores direcionados ao filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, o goiano calibrou o tom para não queimar pontes com a base bolsonarista mais fiel, de olho em uma composição futura.



Romeu Zema:

Ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema inicialmente reagiu de forma agressiva ao vazamento das mensagens. Buscando o protagonismo na pauta da ética e da austeridade, Zema verbalizou a indignação de parcela da direita moderada.

A ofensiva Zema, contudo, encontrou resistência interna e sofreu uma rápida recalibragem dias depois. Aliados do ex-governador mineiro alertaram que um ataque excessivamente pesado contra o clã Bolsonaro poderia inviabilizar o apoio ou uma aliança com o PL em um eventual segundo turno contra Lula.

Diante do risco de isolamento, Zema recuou no teor das críticas, equilibrando o discurso de moralidade com a necessidade de sobrevivência política diante da polarização nacional.



Renan Santos:

Diferentemente de seus concorrentes, Renan Santos decidiu não fazer concessões e intensificou a estratégia de ataques diretos e contundentes a Flávio Bolsonaro.

A avaliação do grupo político de Renan é que os diálogos do senador com Vercaro representam um “batom na cueca” definitivo na pré-campanha do zero-um.

Valdemar aciona STF contra Ricardo Salles em nova briga na direita

O presidente nacional do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, protocolou uma queixa-crime no STF contra o deputado federal Ricardo Salles (Novo), ex-ministro de Jair Bolsonaro. O dirigente moveu a ação após declarações de Salles, em entrevista a um podcast, nas quais o parlamentar afirmou que “a turma do Valdemar roubava” no Ministério dos Transportes e no DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

Na representação, Valdemar acusa Salles dos crimes de calúnia e difamação. O dirigente alega que Salles extrapolou os limites da liberdade de expressão ao associar diretamente Valdemar e o PL a práticas de corrupção sem apresentar provas. Os advogados sustentam que as declarações atingiram a honra do presidente do partido. “Agiu com inequívoca intenção de atribuir ao querelante a prática de condutas criminosas e, simultaneamente, macular sua reputação perante a sociedade, o meio político e a opinião pública em geral”.

O trecho da fala de Salles reproduzido na ação diz: “Deixa eu contar uma história para você. Quando o Tarcísio trabalhava com a Dilma, ele entrou no DNIT para fazer uma faxina na corrupção. Quem fazia a corrupção do DNIT no Ministério dos Transportes? O PL do senhor Valdemar. A turma do Valdemar é que roubava no Ministério dos Transportes e no DNIT. O Tarcísio foi lá e fez uma limpa. Tanto que foram vários presos, né”.



Reprodução

Valdemar da Costa Neto aciona STF contra Ricardo Salles

Segundo os advogados, o dirigente do PL “nunca sofreu qualquer persecução criminal pelos fatos que lhe foram atribuídos”. A ação também destaca a repercussão da entrevista. “As declarações foram proferidas em meio que facilitou sua divulgação pública e massiva, com veiculação em podcast disponibilizado no YouTube, mídia social com posterior repercussão em veículos de comunicação de alcance nacional”.

A peça também argumenta que a imunidade parlamentar não se aplica ao caso porque as declarações foram dadas em um podcast, fora do exercício direto do mandato. A defesa do dirigente do PL pede condenação criminal e indenização mínima de R\$ 20 mil por danos morais.

Além da condenação por calúnia e difamação, os advogados solicitam a aplicação da causa de aumento de pena prevista no artigo 141 do Código Penal, em razão da divulgação das declarações por meio de comunicação social e da internet.

Racha na direita de SP

A crise entre Valdemar Costa Neto e Ricardo Salles expõe um racha na direita paulista em meio à disputa por uma das vagas ao Senado nas eleições de outubro de 2026. O estopim foi a escolha do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), André do Prado, como nome do PL para a chapa bolsonarista em São Paulo.

A articulação foi conduzida por Valdemar e contou com o aval do ex-deputado Eduardo Bolsonaro, que pode integrar a chapa como suplente. A definição contrariou Ricardo Salles, que também se lançou pré-candidato ao Senado e passou a atacar publicamente o acordo costurado pelo PL.

No desenho eleitoral da direita em São Paulo, o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, aparece como o outro nome consolidado para disputar o Senado ao lado do grupo político do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Governo Tarcísio afirma que investigação sobre infiltração do PCC mira gestões anteriores

Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Governo de São Paulo afirmou que a denúncia apresentada pelo Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre suposta infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) na administração estadual trata de episódios anteriores à gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos). O caso foi revelado pela coluna nesta terça-feira (19/5).

Em nota enviada à reportagem, a assessoria do governo declarou que “a representação do MP junto ao TCU se refere a episódios anteriores à atual gestão, com investigações em curso pela Polícia Civil”. Na denúncia analisada pela Corte, contudo, não fo-

ram divulgados detalhes sobre quais gestões, órgãos, contratos ou agentes públicos seriam alvo da apuração.

O processo tramita na Unidade de Auditoria Especializada em Defesa Nacional e Segurança Pública do TCU e foi protocolado pelo subprocurador do MP junto à Corte, Lucas Rocha Furtado. O órgão aponta indícios de um “modelo organizado de infiltração” do PCC em estruturas da administração pública paulista.

A representação menciona indícios da existência de “fatos gravíssimos”, com “dimensão político-institucional” e possível repercussão nacional e internacional. O processo está sob relatoria do ministro Benjamin Zymler.

Polícia Civil investiga

Procurado pela reportagem, o Governo de São Paulo não informou quais elementos embasam a afirmação de que a representação do MP junto ao TCU trata de fatos ocorridos em gestões anteriores.

O caso ocorre em meio a investigações da Polícia Civil de São Paulo sobre a atuação política da facção criminosa. Em abril, o ex-vereador de Santo André Thiago Rocha de Paula (PSD) foi preso sob suspeita de atuar como articulador do PCC para influenciar prefeituras da Grande São Paulo, cidades do litoral e setores do governo estadual.



MJ aponta atrasos no envio de dados pelo governo de SP